Acervo ISA

WASSU-COCAL

Acordo rasgado, estrada bloqueada

Dois meses após a interdição da BR-101 Norte, no município de Joaquim Gomes, Alagoas, os Wassu-Cocal voltaram a bloquear a principal via de escoamento do Nordeste para reclamar contra o descumprimento do acordo feito com o governo de Alagoas em maio. Na época, o governador Geraldo Bulhões se comprometeu a enviar dois tratores, cestas básicas, sementes para o plantio e apoio a um projeto de subsistência com recursos do Fundo Constitucional para o Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Das garantias dadas em maio, nenhuma se concretizou. Apenas um trator foi enviado e ainda assim sem a esteira e a grade para arar a terra. As cestas básicas não chegaram e as sementes foram poucas para a comunidade de 1.024 índios. O projeto de custeio, orçado em CR$ 7 milhões, não saiu do papel. Por diversas vezes, o cacique Severino dos Santos foi a Maceió para manter contatos com o governador e a Funai e nada conseguiu. O jeito foi interditar a BR novamente.

As conquistas depois da ação

Depois da ação dos Wassu, as autoridades foram obrigadas a negociar com a comunidade, só que em outros termos. Os índios foram mais objetivos, exigindo e conquistando o pagamento de CR$ 200 mil mensais para alimentação, até a aprovação do projeto pelo BNB, agora orçado em CR$ 115 milhões. Além disso, eles ganharam uma casa de farinha elétrica, dois tratores e um arador.

O projeto financeiro, em estudo no BNB, é inédito no Nordeste para as comunidades indígenas. Nele estão incluídas a compra de um carro de tração, um meio-caminhão, 250 vacas leiteiras e sementes. A administração do projeto está a cargo da Emater e da Associação Indígena Wassu-Cocal, mas os recursos serão divididos igualmente. "O pasto vai ser comunitário, mas vai ser uma vaca para cada família. O projeto vai abrigar todo mundo, nós não vamos discriminar ninguém", garante Ivson Freitas, 18 anos, filho do cacique assassinado Hibes Menino.

A coordenadora da Comissão Indígena do Nordeste, Espírito Santos e Minas Gerais, Maninha Xukuru-Kariri, acredita que a ação dos Wassu-Cocal reflete o crescimento do movimento indígena no Nordeste. "Os Karapotó foram o exemplo, mas cada povo, do seu jeito, vem reafirmando a resistência".

Kátia Vasco

Marcos Guilherme

Gilberto Farias

Líderes Wassu-Cocal em negociação na Funai

Promessas do governo têm mais de dez anos

Foi ainda na década de 80 que os Wassu-Cocal acordaram para reclamar o direito à posse dos 57 mil hectares de área imemorial doadas para comunidade pelo imperador Dom Pedro I. Hoje, a área abriga quatro pequenos municípios de Alagoas, na Mata Norte: Joaquim Gomes, Novo, Colônia Leopoldina e Messias.

Na época, sob o pretexto de apressar a demarcação da terra, o governo do Estado prometeu entregar à comunidade quatro caminhões, dois tratores, financiamento da produção, assistência técnica, creche e centro comunitário. Em contrapartida, os índios se comprometeram a aceitar a demarcação de 2.758 hectares, dos quais só ocupam 1.100 hectares. O resto está invadido por uma usina. "Foi uma solução de emergência, mas a comunidade sabe que a terra é maior", afirma Ivson Freitas. O governo não cumpriu a promessa.

Assim que ocuparam a área onde estão até hoje, os Wassu enfrentaram a discriminação dos usineiros locais, que não aceitavam trabalhar com a comunidade e boicotaram a comercialização das 19 mil toneladas de cana produzidas nas terras da aldeia. Os Wassu passaram então a comercializar com apenas uma usina, que também foi boicotada, indo à falência. A solução foi o trabalho como bóia-fria. "Era isso ou morrer de fome, porque se ficasse na roça deixava de alimentar os filhos", ressalta Ivson. Para matar a fome, os índios cozinhavam jaca, mandioca e banana verde para toda a família, inclusive as crianças.

Foi essa situação de desespero que levou a comunidade a abrir os olhos e exigir os direitos no cumprimento do acordo que virou promessa de gaveta. Para que conseguissem ser ouvidos pelo governo do Estado, que até então havia ignorado a situação, foi preciso que os Wassu ameaçassem dinamitar a ponte sobre o rio Camaragibe. "Nem a Funai nos apoiou", denuncia Ivson.

Os conflitos se acirravam em conseqüência da cobrança dos índios até que, em 1991, o cacique Hibes Menino foi assassinado por policiais numa emboscada em circunstâncias ainda não investigadas. A morte de Hibes foi o reforço para que a determinação dos Wassu-Cocal em continuar na luta fosse assumida por toda a comunidade. (K.V.)